

O ESTUDO DA HISTÓRIA INDÍGENA NA ESCOLA CELESTINO FILHO, NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

THE STUDY OF THE NATIVE HISTORY AT SCHOOL CELESTINO FILHO, OVER THE LAST 15 YEARS

Gisa de Sá Carvalho

Minicurrículo

Graduada pelo Parfor/ UFPI no Curso de História no Campus Senador Helvidio Nunes de Barros. Professora da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis do Piauí, da Prefeitura de Conceição do Canindé e da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Endereço: Rua 2/S, nº 274, centro, Conceição do Canindé-PI.

E-mail: gisarabelo84@hotmail.com

Brisdete Sepúlveda Coelho Brito

Minicurrículo

Graduada em História pela UFPI, Pedagogia, Administração, Licenciada em Créditos e Finanças, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Especialista em Educação Infantil e Mestra em Educação.

E-mail: brisdete1@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do conteúdo programático da História Indígena nas aulas de História na Escola Celestino Filho, em Conceição do Canindé-PI e busca, com isso, analisar os instrumentos/ferramentas didático-pedagógicas utilizados pelos professores, quando estes tratam do processo identitário e cultural indígena na sala de aula do Ensino Médio, a partir da lei 11.645/2008. Levar-se-á a refletir a inserção do índio como agente participativo e indagador no contexto histórico brasileiro, já que se sabe que a partir da lei supracitada é que a temática foi inserida no currículo comum da educação brasileira. Em livros didáticos essa historicidade normalmente só era verificada sobre uma única vertente, sem que os educadores tivessem a preocupação de levar o aluno a refletir sobre tais povos, os quais se sabe que estes, deixaram um legado preciosíssimo na formação identitária da nação brasileira. Este artigo, ainda leva a uma reflexão sobre a própria historicidade da educação brasileira a qual se deu início no âmbito colegial a partir da educação jesuítica tendo como protagonistas os povos indígenas. E como metodologia utilizou-se pesquisa bibliográfica, baseada em autores como Almeida (2010), Borges (2004), Chaves (1998), Carvalho (2008), Carvalho Junior (2005), Miranda (2010) dentre outros, bem como uma pesquisa de campo com entrevista e aplicação de questionários.

Palavras-chave: Historia Indígena. Educação. Contexto.

ABSTRACT

This article presents an analysis of programmatic content of the Indigenous History in history classes at School Celestino Filho in Caninde-PI. Seeking to analyse didactic-pedagogical tools used by teachers when they deal with identity process and indigenous culture in high school classroom from the Law 11,645 / 2008, since it will take to reflect the indigenous insertion as participatory and questioning agent in the Brazilian historical context. It is known that from mentioned law was inserted in common curriculum of the Brazilian education the Indigenous Education, being that in textbook usually the historicity was only seen on one side, without that educators have the concern to bring the student to reflect on such people which are known to them, which left a precious legacy in the identity formation of the Brazilian nation. This article also leads to a reflection on the historicity of Brazilian education which has started in school context from the Jesuit education having as protagonists the indigenous people. It has as methodology the literature research, based on authors as Almeida (2010), Borges (2004), Chaves (1998), Carvalho (2008), Carvalho Junior (2005), Miranda (2010), among others. From them, there was a depth analysis of books and articles, as well as a field research with interview and questionnaire application.

Keywords: Indigenous History. Education. Context.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como temática, o desenvolvimento do Estudo da História Indígena na Escola Celestino Filho, na cidade de Conceição do Canindé-PI nos anos de 2001 - 2015. Este objeto da pesquisa fomentará reflexões críticas sobre o processo de ensino-aprendizagem, onde se analisará como é desenvolvido a História Indígena durante as aulas de História. Partindo desse pressuposto, problematizar-se-á a que relevância o currículo da escola abrange este assunto, se e como é desenvolvido o ensino-aprendizagem da História Indígena nas aulas de História, qual a importância de estudar a História Indígena e o seu processo histórico cultural, que concepções os alunos têm a respeito das questões indígenas, sobretudo se houve transformações na forma de transmissão, em sala de aula, desse conteúdo no decorrer do anos, uma vez que este objeto abrirá caminho para o reconhecimento das diferenças culturais existentes em nossa sociedade e da importância de gerar modelos educativos e práticas pedagógicas que possam reconhecer a necessidade do conhecimento da cultura dos índios.

Quando se fala de Índios no Brasil, diversos autores da nossa historiografia nacional como Jonh Manuel Monteiro (1994) e aqueles que tratam da historiografia regional como Monsenhor Chaves (1998), Reginaldo Miranda (2012), dentre outros, abordam variados assuntos relacionados ao primeiro contato com os brancos, a

escravidão indígena, o processo de desintegração das sociedades indígenas, pesquisas sobre os índios aldeados e aliados, que de acordo com Perrone-Moisés (1992) buscavam esta situação para garantirem sua liberdade durante toda a colonização, enfim, temas que enriquecem a historiografia brasileira abrindo, portanto, um leque de informações sobre a sociedade indígena. Mas as pesquisas não param por aí, ainda há muito que se estudar.

Sabe-se que no processo de colonização do Brasil os diferentes grupos indígenas tiveram que viver sob o signo da repressão em nome da “civilização”, e, sobretudo, devido ao contato com os brancos e mais tarde, também com os africanos, os nativos sofreram um processo de reconfiguração identitário causando impactos culturais. Porém, convém ressaltar que dentre as três etnias entrelaçadas nessa formação colonial brasileira, índios e africanos, foram os que mais sofreram introjeções culturais durante este choque étnico-cultural. No entanto, para que haja uma amenização no desgaste cultural sofrido por negros e índios, criaram a Lei 9394/96, a qual foi alterada pela Lei 11.645/2008, uma vez que esta garante o ensino obrigatório do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, onde o conteúdo programático sobre a história indígena e afro-brasileira será ministrado nas aulas de história e outras disciplinas, como artes e literatura.

A pesquisa, objetiva analisar o processo de desenvolvimento do conteúdo programático de que trata a Lei 11.645/2008, observando as querelas e os desafios de professores e da própria escola, em organizar o currículo escolar para repassar aos alunos a história cultural indígena nas aulas de História, Artes e Literatura. Sendo assim, partindo deste pressuposto, pode-se passar a refletir durante aquelas aulas, sobre aspectos pouco discutidos relacionados à ação dos índios como agentes ativos e participantes da História do Brasil.

Numa nova perspectiva, neste artigo trata-se de oferecer um reconhecimento à realidade das minorias étnicas do país e, também de reverter à imagem preconceituosa e equivocada ainda existente sobre a cultura, as necessidades e os interesses indígenas durante o processo histórico, mas para que isso seja concretizado, haverá uma profunda análise e reflexão da História Indígena na

sociedade brasileira e as transformações sofridas, desde os primeiros contatos com o homem europeu.

Objetiva-se ampliar a discussão da história dos índios no Brasil, analisando as múltiplas historicidades dos contextos social e educativo brasileiro, enfocando para isso a cidade de Conceição do Canindé. Ainda permite-se, enfatizar sobre conceitos remanescentes da participação indígena quanto sujeitos históricos no processo de colonização, pois nesta pesquisa, caber-se-á um esclarecimento da relevância cultural indígena na formação identitária brasileira.

Nesse sentido, no que tange ao âmbito dos primeiros contatos com os brancos, este artigo almeja articular uma discussão em torno da desintegração cultural e de identidade dos índios, fato ocasionado devido às relações traçadas entre europeus. Busca também, identificar os principais problemas na transmissão do conteúdo da História Indígena e comparar a evolução quanto às técnicas de ensino dos primeiros professores de História, da escola pesquisada, com os atuais.

Contudo, para a concretização desta proposta, será adotada metodologia que possa proporcionar um amplo conhecimento da temática abordada, associada a uma profunda análise bibliográfica e com recursos que ajudarão no decorrer da pesquisa, como o uso de questionários para alunos e professores, onde contribuirá para a concretização do objeto da pesquisa.

Portanto, este artigo é de grande relevância, pois promoverá uma importante contribuição para o enriquecimento de pesquisas relacionadas a questões dos gentios, e também nos proporcionará novas perspectivas sobre o ensino da História Indígena nas escolas do Brasil, principalmente na escola Celestino Filho, na cidade de Conceição do Canindé-PI, por se tratar da única escola de formação de nível médio da cidade. Além de garantir uma nova concepção, de que os índios não foram seres passivos, mas indivíduos ativos e participantes no processo de relações com os brancos.

Nesse sentido, cabe ainda acrescentar nesta pesquisa, que no Piauí segundo Borges (2004) algumas tribos indígenas dificultaram a colonização portuguesa, sendo tratados como gentios agressivos e belicosos, entre estes, pode-se citar os Tremembés. Houve também, uma forte resistência de grupos indígenas como os

Acoroás, os Timbira, os Gueguês. Mas sobretudo, esta pesquisa trará uma grande satisfação em poder contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão crítica e atuante no meio acadêmico, no que tange a História do índio, no âmbito educacional.

2 O ÍNDIO E SUA HISTÓRIA

2.1 As primeiras relações entre índios e europeus

Como se falar sobre o ensino da História Indígena sem antes fazer um esboço dessa história? Pois bem, para se discutir o processo de ensino da História Indígena nas aulas de História será necessário um aprofundamento literário, fazendo uso de bibliografias que fornecerão uma compreensão da ação desses povos como sujeitos históricos, partindo deste até o princípio da colonização. Aqui, caber-se-á também uma discussão em que Cunha (1992) enfatiza estudiosos, como Varnhagen (1978), que afirma que os índios não teriam história, sendo assim, eles apenas se resumiam na sua etnografia. Porém, “na realidade a história está onipresente.” (CUNHA, 1992, p.11).

Desde muitos anos questionam-se a descendência destes homens que se encontram no Novo Mundo, e em Cunha (1992) faz-se referências sobre questionamentos como: de onde veio estas criaturas de uma excêntrica cultura e com modos primitivos? De quem descendem esses homens, se Noé teve apenas três filhos? De qual desses seriam filhos esses homens do Novo Mundo? Portanto, imaginava-se que os primeiros europeus indagavam-se sobre a existência desses povos ao pisarem na terra chamada de Novo Mundo e se depararem com os primeiros índios que os recepcionaram com tamanha curiosidade.

Todavia, devido a essa característica peculiar dos índios de que eram abertos aos contatos, a princípio, colaborou para as primeiras trocas entre os europeus, uma vez que estas trocas eram elementos básicos na organização social dos tupinambás, pois a relação com o outro, era uma peculiaridade destes. Contudo, estas relações eram expressas, principalmente, por meio de guerras e rituais de vingança, mas o escambo não deixaria também de ser um aspecto usual dos

tupinambás, porquanto, as trocas de objetos eram muito comuns entres as tribos mesmo rivais, o escambo servia como trégua para as hostilidades tribais. Assim, os europeus percebendo esta característica que os índios possuíam usaram-na a seu favor. Segundo Almeida (2010, p. 38):

Os tupinambás não pretendiam dominar nem negar o outro, mas vivenciá-lo, relacionando-se intensamente com ele. Daí a receptividade e abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização. Tratava-se, afinal, de uma sociedade na qual a troca era um valor a ser sustentado, característica fundamental que deve ser considerada quando interpretamos suas relações de contato com estrangeiros.

Assim, através dessas relações, europeus e índios tiveram suas vidas entrelaçadas e tradições ligadas, porém significados culturais foram modificados pela experiência do contato. Visto que, a facilidade deste contato provocou um processo de hibridização dos índios que tomou grandes dimensões, pois ultrapassou de um breve contato para uma intensa convivência, a partir do surgimento dos aldeamentos, assim conforme Monteiro (1994, p.43):

Estas novas aglomerações rapidamente começaram a substituir as aldeias independentes, transferindo para a esfera portuguesa o controle sobre a terra e o trabalho indígena. Em princípio instituídos com a intenção de proteger as populações indígenas, na verdade os aldeamentos aceleraram o processo de desintegração de suas comunidades. À medida que os jesuítas subordinaram novos grupos à sua administração, os aldeamentos tornaram-se concentrações improvisadas e instáveis de índios provenientes de sociedades distintas.

Nesse sentido, desde o período pré-colonial, sem um contato mais intenso entre europeus e índios, as relações entre ambos já começaram a provocar alterações no processo de organização social, pois, neste período, mesmo que fosse só para a exploração do pau-brasil os brancos precisavam da ajuda dos índios e assim passaram a conviver, e nesta convivência havia as trocas culturais, onde os índios foram os mais influenciados provocando transformações no seu processo cultural. Porém, cabe ressaltar que os europeus também se abriram ao contato absorvendo muitos dos costumes tribais indígenas, Almeida (2010) faz referências a essa adaptação cultural dos europeus quando diz que muitos dos brancos se atraíam aos aspectos culturais excêntricos indígenas.

No entanto, cabe aqui destacar que as facilidades desse contato provocaram mudanças no hábito cultural indígena, mas não foram de maneira ingênua, como por muito tempo a historiografia retratou. Os índios também souberam aproveitar o que os europeus tinham para oferecer, eram necessidades diferentes, mas sabiam o que queriam e o que estavam fazendo, aliavam-se e trabalhavam segundo seus interesses, faziam trocas por bugigangas, as quais para os europeus não tinham grande valor. Para os índios existiam significados peculiares a sua organização social. “Embora eles tivessem grande interesse nas mercadorias dos europeus, suas relações com estes últimos significavam também oportunidades de ampliar relações de aliança ou de hostilidade” (ALMEIDA, 2010, p. 40).

Enquanto os índios, como aliados militares, serviam de apoio para orientar os portugueses na nova ocupação contra os concorrentes europeus, principalmente os franceses, e também, enquanto eram úteis para combater outros grupos indígenas rivais, fornecendo informações e alimentos indispensáveis à sobrevivência dos brancos, em uma terra mal conhecida, essa relação de contato ainda permanecia forte. Porém, quando passou a afetar interesses, vontades e concepções da vida indígena a situação reverteu-se.

A partir de 1530 quando os portugueses resolveram efetivamente se instalarem na "nova terra" com a criação das capitânicas hereditárias, iriam precisar de mão de obra para o trabalho da lavoura, e para isso teriam que utilizar o trabalho indígena e a partir do momento em que este trabalho passou a ser exaustivo e os europeus começaram a exigir muito mais dos índios, as relações estremeceram-se, uma vez que essas exigências ultrapassavam os interesses indígenas. Se a princípio chegou a existir um frágil equilíbrio entre índios e portugueses, ele logo se rompeu. Os portugueses partiram para a escravização, porém não seria uma tarefa fácil, pois mesmo com tudo que perderam os índios lutaram e fizeram alianças de acordo com suas próprias conveniências. Assim Almeida (2010, p.42-43) explica que:

A alternativa dos portugueses, cuja necessidade de mão de obra só fazia aumentar, foi partir para a escravização em larga escala, o que levou à violenta reação por parte dos índios. Conflitos violentos entre diferentes povos indígenas e europeus de nacionalidades diversas explodiram em várias regiões. As guerras intertribais, que já se

intensificavam por efeitos do contato, atingiram proporções inusitadas. As rivalidades entre os grupos europeus eram percebidas pelos índios que se posicionavam em relação a elas, buscando também alianças que satisfizessem seus interesses. Porém, nesse processo, polarizavam suas próprias hostilidades. Em toda a costa, os vários grupos indígenas enfrentavam-se, aliavam-se e dividiam-se em torno das rivalidades entre os estrangeiros que também disputavam suas alianças. iam e vinham de um lado para o outro, como já era seu costume, porém os poderes coloniais institucionalizavam tais divisões em militarismos, acentuando-as.

Ultrapassando os interesses indígenas os portugueses despertaram o lado hostil daqueles, provocando uma resistência e dificultando as relações e conseqüentemente a colonização. Para justificar a ação de hostilidade contra o "bárbaro" gentio, termo este difundido pelos portugueses para designar aqueles que não aceitavam submeter-se aos desejos dos brancos, o governo português resolveu declarar guerra justa aos índios, porque os colonos necessitavam de mão de obra para a lavoura, e o rei de súditos que fossem aliados para combater as invasões inimigas. Visto que, naquele momento, os índios seriam a única mão de obra em grande escala disponível para suprir as necessidades dos brancos. E ainda segundo Perrone-Moisés (1992, p.123):

O principal caso reconhecido de escravização legal é o que procede da guerra justa. Conceito já antigo, a guerra justa é motivo de muita discussão a partir do século XVI, quando deve ser aplicada a povos que, não tendo conhecimento prévio da fé, não podem ser tratados como infiéis. As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados.

No Piauí, os índios também, sofreram grande repressão em nome da ambição alheia, pois a força da ação colonizadora levou a expulsão e morte de inúmeros indígenas. Como bem assinala Chaves (1998, p.137) "sucedem-se as rendições e os aldeamentos das tribos, umas vezes sob a ameaça das armas dos Mestres de Campo e dos predadores de índio, outras vezes ao simples apelo pacífico dos missionários". A grande hostilidade contra os índios no Piauí foi tão violenta que os

poucos restantes da sociedade nativa, ficaram a mercê de aldeamentos controlados por jesuítas. Conforme Oliveira (2007, p. 26):

Apesar de a colonização do Sudeste Piauí ter sido considerada tardia, em apenas dois séculos de contato entre colonizador e povos indígenas, a violência extrema de uma guerra contínua dispersou toda a população nativa, sendo que as terras foram ocupadas para a implementação de uma economia baseada na criação de gado.

As declarações de guerra contra os índios e doenças adquiridas devido ao contato, contribuíram para o processo de desintegração das comunidades nativas e também levou a extinção de diversas tribos. Porém vale enfatizar que esses sujeitos na história não são apenas vítimas, mas foram produtos de sua própria ação ou vontade, pois frequentemente oscilavam de lados conforme o que lhes cabiam melhor. Assim Borges (2004, p. 88) reafirma que “a quebra de interesses transformaria os comportamentos dos gentios e só poderia resultar em digressões, rompimentos de alianças e, em alguns casos, guerra.” Aqueles os quais eram capturados passavam a fazer parte de aldeamentos sujeitos a lavrar a terra e a fazer outras atividades, inclusive domésticas, começo para uma incorporação de novos hábitos culturais na vida dos nativos.

2.2 As relações de poder e educação nos aldeamentos indígenas

Pode-se dizer que o processo de ensino do Brasil, a princípio e grosso modo, desenvolveu-se a partir dos aldeamentos indígenas onde jesuítas difundiam não só os ensinamentos cristãos, mas também tentavam articular uma educação baseada num mundo “civilizado” europeu. Portanto, para que houvesse uma efetiva difusão do ensino jesuítico, como sugere Leite (1965 apud OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 47):

[...] como estratégia missionária havia a adoção de intérpretes, os “línguas”, ou o aprendizado do idioma indígena, permitindo o ensino do evangelho às crianças através do aprendizado da escrita e da leitura. Nos “colégios de meninos”, os curumins eram educados através da música sacra e de práticas litúrgicas, utilizando os jesuítas instrumentos pedagógicos como catecismos, vocabulários e gramáticas elaboradas com o auxílio de intérpretes.

Para que fossem alcançados seus objetivos, a princípio traçados, os padres usavam de um recurso que os favoreciam no processo de catequização, e também

nas relações políticas, as quais ao longo do processo de colonização foram estabelecidas para que houvesse uma eficiente ação missionária. O poder da oratória foi um instrumento fundamental nesse percurso missionário no que tange este aspecto, o padre Antônio Vieira se destacava, principalmente, quando se referia a aspectos relacionados aos interesses missionários. Segundo Carvalho Junior (2005, p. 98-99):

É certo que o papel de Vieira para a concretização desta situação de conflitos de interesses não foi dos menores. Ele fundou a missão no Maranhão e Pará e tinha por ela um apreço especial. Abandonou os favores da corte para se lançar nesta missão que sabia difícil. Certamente, não eram as recompensas mundanas o que lhe impulsionava. Do início da fundação da missão em 1653 até o ano de 1661, Vieira detinha um poder invejável. Amigo e confidente do rei, era por isso temido e respeitado. Em consequência, tanto na corte quanto na colônia cultivou inimigos. Ademais, sua retórica era uma arma poderosa que usava sem medo quando lhe parecia necessário. Foi assim com várias delas, momentos nos quais deixava atônitos seus adversários. Pode-se até seguir a instituição da missão jesuítica na Amazônia sob o ritmo dos seus sermões.

Usando diversas estratégias, mudando até os rumos da proposta inicial e se adaptando às novas condições encontradas no Novo Mundo, os jesuítas viam nos aldeamentos possibilidades de transformação do índio em criaturas cristãs, e associado à Coroa, ambos previam que àquelas criaturas a mercê do pecado um dia podiam se tornar súditos cristãos e vassalos úteis colaboradores com sua força de trabalho. Para Almeida (2010), os aldeamentos tinham significados distintos tanto para os jesuítas, Coroa, colonos, como também para os índios, pois cada um deles explorava a força dos aldeamentos de acordo com seus próprios interesses. Dado que os índios tinham os aldeamentos como espaços de proteção e terra que garantissem sua sobrevivência. Porém cabe enfatizar que esta escolha indígena não justificava a abdicação total de seus costumes, sobretudo o poder de reivindicação de seus direitos presentes no interior das aldeias. Dessa forma Almeida (2010, p. 80) confirma:

[...] Apesar de tudo, tinham aspirações próprias. Os variados registros sobre os conflitos nas aldeias informam sobre suas principais solicitações na condição de aldeados: queriam garantir suas terras, queriam cargos, aumentos de salários, ajudas de custo, destituição de autoridades não reconhecidas por eles, principalmente, recusavam a escravidão.

Essa ativa disputa de interesses dos indígenas também é reconhecida no interior de aldeamentos indígenas, como a dos Acoroás no aldeamento de São Gonçalo de Amarante, na região que hoje é o Piauí, onde índios recebiam pagamentos para compensar seus esforços e evitar transtornos que dificultasse a missão. Assim de acordo com Miranda (2012, p. 53):

Em 27 de agosto de 1782 o governador e capitão-geral do Estado do Maranhão e Piauí (formado pelas duas capitanias), dom Antônio de Sales e Noronha, envia norma regulando “o salário e jornal dos índios, a vigorar nas duas capitanias de 1º de setembro em diante, em observância da lei de 7 de junho de 1755 e provisão de 5 de junho de 1781, tendo em vista evitar as violências, opressões e injustiças com que contava serem tratados os índios deste Estado.

Durante o período colonial criaram-se políticas indigenistas que garantiam alguns dos interesses indígenas como relata Karasch (1981, p.401) “No período colonial, os índios podiam enviar petições a Lisboa e ser ouvidos por funcionários da Coroa que não tinham interesse pessoal em manter a espoliação de terras e a escravização”.

Para que houvesse sucesso nas relações no interior dos aldeamentos e que os índios tornassem filhos e vassallos Monteiro (1994, p.47) explica que:

De modo geral, os jesuítas concentraram suas estratégias em três áreas de ação: a conversão dos “principais”, a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés. Mas, a cada passo, enfrentavam resistências, em maior ou menor grau. De fato acompanhando os efeitos devastadores das doenças, foi a resistência indígena o principal obstáculo ao êxito do projeto missionário. Os jesuítas, como os demais europeus, contavam ingenuamente com a adesão cega do cristianismo de seu rebanho brasileiro: não faltam, nos relatos quinhentistas, os batismos em massa, os supostos milagres e as dramáticas declarações de fé por parte das lideranças indígenas. Mas seus esforços nem sempre surtiram efeitos e mesmo a conversão de um chefe não garantia a adesão de seus seguidores.

Os jesuítas usando do seu poder espiritual catequizavam e civilizavam os nativos, sem ao menos considerar que estes sofreriam uma metamorfose cultural durante todo o contexto histórico. Contudo, a visão unilateral jesuítica era que estariam salvando almas, transformando os gentios em criaturas mais felizes diante de uma vida civilizada, que para os europeus era de carácter superior à cultura indígena, pois todo o projeto missionário foi visto como um bem que estavam

fazendo aos nativos. Para a realização desta proposta conforme Almeida (2010, p. 91)

O processo de ressocialização dos índios deu-se através de complexas relações que, além das imposições, incluíam também muitos acordos. Para auxiliá-los na administração das aldeias, os padres valeram-se das lideranças indígenas. Já foi visto o importante papel por elas desempenhado nas guerras e nas expedições de descimento. Uma vez constituída a aldeia, os líderes indígenas continuariam tendo papel de destaque. Deveriam ajudar a governá-las e para isso foram concedidos, títulos, patentes e situações privilegiadas, que eles receberam com bastante entusiasmo.

Mais tarde, agravando-se a situação identitária indígena o governo português criou medidas que propunham a inserção dos nativos na sociedade colonial em condições de igualdade com os súditos de origem portuguesa. Com isso, a meu ver, acelerava ainda mais o processo de reconfiguração cultural dos índios no Brasil.

Partindo de todo o contexto aqui discutido, pode-se analisar que no interior dos aldeamentos indígenas já havia, grosso modo, o desenvolvimento de um sistema educacional, embora não fosse objetivo principal naquele momento, pois o que se priorizava era uma catequização missionária. Em meio às relações de educação e poder existentes nos aldeamentos, é claro que, com uma grande perda, os índios ainda fizeram-se ativos nesse contexto histórico, resistindo a alguns aspectos educacionais repassados pelos jesuítas, e buscando alcançar, o mínimo que fosse os seus próprios interesses.

Portanto cabe ressaltar na disciplina de História, as novas concepções da História Indígena numa visão crítica, onde de fato os índios foram sujeitos históricos e participativos, visto que a lei 11.645/2008 permite a difusão do conteúdo dessa história, pois a partir dela o ensino indígena já vigora dentro dos princípios legais e como obrigatoriedade no contexto educacional brasileiro.

3 METODOLOGIA

Realizou-se uma observação participante, onde três instrumentos tornaram-se relevantes para realização deste artigo: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo em forma de questionário e a entrevista. A pesquisa bibliográfica segundo Lakatos (2006, p. 43-44):

Form@re. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica./ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, p. 100-118, jul. / dez. 2015.

Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Contudo, foram realizadas diversas leituras em livros, artigos, monografias e dissertações que nortearam um embasamento teórico, o qual fundamenta o artigo. Também foi feito um levantamento de dados em forma de questionários e entrevistas, ou seja, uma pesquisa de campo onde se verificou a opinião dos discentes e dos docentes com relação ao ensino de História Indígena.

A escola na qual foi desenvolvida a pesquisa, pertence à rede estadual de ensino e atende alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, uma vez que este último foi usado como foco do objeto. A pesquisa de campo cujo recorte temporal e espacial discorreu entre o período de 2001-2015, na escola Estadual Celestino Filho, onde a coleta de dados, como as entrevistas e os questionários, foi feita em 2015, porém desde 2014 as aulas e os livros didáticos têm sido observados. Assim, segundo Gil (2011, p.57)

Os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. [...] estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus comportamentos.

A pesquisa de campo a qual se estruturou por meio de observações, questionários e entrevistas foi muito relevante para a efetivação deste artigo, sendo que os professores de História, todos atuantes na escola Celestino Filho, concederam uma entrevista falando da compreensão que têm sobre o ensino de História Indígena, se o assunto é abordado nas aulas de História de acordo com a lei 11.645/2008 e sobre a relevância da História Indígena no Ensino Médio. Estas entrevistas possibilitaram o aprofundamento de dados para a pesquisa, onde o uso da História Oral se fez necessária. Neste contexto a História Oral contribuiu para reproduzir a memória, as emoções, angustias e aspirações. Contudo, ainda colabora para refletir sobre a valorização da memória do homem, como sujeito social participante e ativo na História. “O método da História Oral possibilita o registro de

reminiscências das lembranças individuais; enfim, é a reinterpretação do passado.” (TAPETY 2007, p. 53).

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste no uso de fontes orais, coletadas por meio de entrevistas gravadas. E através da entrevista, foi possível obter informações valiosíssimas sobre o ensino da História Indígena na escola Celestino Filho. Nesse sentido, a técnica de entrevista foi viável tendo em vista que Gil (2011, p. 109) ressalta:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais, valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

O referido artigo foi baseado no caráter qualitativo, já que houve uma busca de fenômenos e atribuições de significados básicos sobre o ensino da História Indígena dentro do contexto histórico e seu desenrolar no currículo escolar do Ensino Médio.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para confrontar os resultados alcançados através da pesquisa literária, junto com os dados adquiridos pelas técnicas da História Oral, fez-se necessário uma análise sobre o processo de ensino na escola Celestino Filho. Nesse sentido foi possível observar através de instrumentos como questionário e entrevistas que o Ensino da História Indígena, ainda encontra-se distante daquilo de que trata a lei 11.645/2008.

Desde 2014 deu-se início a uma superficial observação com relação à pesquisa desenvolvida, na qual foram observadas algumas aulas de História e alguns livros didáticos. Mas, a coleta de dados no tocante às práticas do ensino de História Indígena só foi possível no ano de 2015, com as entrevistas concedidas pelos professores de História da escola Celestino Filho, mas também com o questionário aplicado aos alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio.

A entrevista foi realizada com a colaboração de quatro professores, cujos nomes foram classificados como professores "A", "B", "C" e "D". Porém, cabe

ressaltar, que a professora “A” foi uma das primeiras a ministrar aulas de História no Ensino Médio, da referida escola pesquisada. A mesma relatou que durante o período como professora do Ensino Médio (2001-2004), e no transcorrer de suas aulas, a única forma abordada sobre a questão indígena era somente na data em que se comemora o dia do Índio (19 de abril), e nos conteúdos da História quando tratava-se do descobrimento do Brasil, mas sem nenhuma relevância. No entanto, o pouco que se repassava aos discentes sobre o índio era de caráter eurocêntrico, uma vez que a mesma declarou ser o índio:

[...] um animal selvagem, a gente não tinha ele como um ser humano. Então, a nossa visão era apenas dizer que existia índio[...] que ele tinha a forma... que ele era nômade [...] e que causava muito medo à pessoa encontrar com o índio porque ele poderia lhe matar. E com isso, às pessoas acabavam se frustrando com a história do índio.

Hoje ela reconhece que sua concepção a respeito do índio era errônea e enfatizou que a figura do índio é relevante no processo de formação da identidade brasileira. Ainda, acrescentou que durante seu processo de formação acadêmica não pagou a disciplina de História Indígena “ela sempre aparecia na História, mas para dizer, assim, este livro aqui fala só sobre o índio...não acontecia. No nosso tempo não...ela era misturada com a outra, nos outros conteúdos de História”. Portanto, percebe-se que a abordagem da História Indígena foi para ela, de maneira muito superficial, causando prejuízos às informações repassadas aos alunos.

Ao contrário, o professor “B”, atual professor de História da escola Celestino Filho, com uma formação acadêmica mais recente, declarou na entrevista que desde a introdução da lei 11.645/200, quanto ao livro didático, houve uma pequena modificação na abordagem dos conteúdos da História Indígena, o qual usou as seguintes palavras: “ainda estamos dando os primeiros passos, ainda é um estudo superficial”. O mesmo relatou ter encontrado superficialmente este conteúdo, não só na História do Brasil, em aulas ministradas sobre o período colonial, mas também na História do Piauí, onde ele declarou aprofundar o conteúdo dando ênfase à importância do índio como agente do processo identitário brasileiro. O mesmo ressaltou a presença do professor da Universidade Federal do Piauí-UFPI, João Rênor Ferreira, como responsável pela disciplina de História Indígena,

consequentemente pelas informações adquiridas no meio acadêmico ao longo de sua formação.

Ao referir-se a entrevista das professoras “C” e “D” nota-se em comum pouco embasamento teórico a respeito da questão indígena, pois ambas, na sua formação acadêmica não cursaram a disciplina de História Indígena, embora se refiram ao índio como indivíduo de grande relevância que colaborou para a cultura e formação do povo brasileiro.

Nas suas declarações, as professoras "C" e "D", concordaram que o livro didático pouco colabora para o desenvolvimento de conteúdos relacionados aos nativos, e como os demais entrevistados, os conteúdos só são abordados em alguns tópicos da disciplina de História do Brasil. Porém cabe concluir a respeito das entrevistas concedidas, que todos tratam com grande relevância a questão indígena, pois contribuíram para o enriquecimento diversificado da cultura brasileira. No entanto, nenhum soube reconhecer que a figura do índio está presente na historiografia brasileira como sujeitos históricos ativos e participativos quando se trata de seus próprios interesses. Percebe-se também que os demais professores, ainda se mantêm presos ao pouco que o livro didático oferece.

Fazendo-se referência aos questionários, nos quais foram analisados opiniões de alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio, percebe-se a deficiência de informações a respeito dos povos indígenas, pois ainda veem a figura do índio como o selvagem e o bom gentio que usa pouca roupa e mora em aldeias, longe do mundo civilizado.

Ao se tratar da história do índio, os discentes falaram, superficialmente, que os nativos foram os primeiros habitantes, que foram explorados pelos portugueses, e, sobretudo, que são importantes para a cultura brasileira. No entanto não souberam usar argumentos concretos para explicar o porquê. Observa-se que existe uma precária contextualização a respeito do índio, como importante figura para a identidade da sociedade brasileira. Os alunos não têm nenhuma ideia de que o contato do indígena com o branco promoveu uma ressignificação cultural. Muitos ignoram que várias aldeias, hoje, estão localizadas perto de centros urbanos e que

estes índios podem ser professores, advogados e até escritores, e isso deve-se ao precário processo de informação em que se encontram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores é algo fundamental para um efetivo desenvolvimento da educação. Independente das temáticas exigidas nas propostas curriculares das escolas de Ensino Médio, os professores devem estar preparados para lidar com diversas questões relacionadas ao caráter étnico-racial, pois cabe lembrar que o Brasil é um país de grande miscigenação. Caso o professor não esteja preparado para trabalhar estas questões, corre o risco de desenvolver posturas negativas na formação dos discentes, cultivando posições preconceituosas, racistas, e, sobretudo, mantendo uma concepção eurocêntrica da História Indígena e Afro-brasileira, apresentando ainda uma história sob um ponto de vista totalitário.

Com a implementação da lei 11.645/2008, instituindo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, onde o conteúdo programático sobre a história indígena e afro-brasileira deve ser ministrado nas aulas de história e outras disciplinas, como artes e literatura, existe uma preocupação na formação dos professores, principalmente de História, e uma adequação ao Currículo Escolar. Ainda que seja garantido por lei o ensino da História Indígena e afro-brasileira, há uma carência de informações no transcorrer do processo de ensino, tanto de professores como dos livros didáticos.

Partindo do embasamento teórico desta pesquisa, onde foram discutidas novas concepções sobre a História Indígena no contexto histórico brasileiro, percebe-se que há uma preocupação com o processo de formação dos professores, uma vez que através deles criam-se pontes para chegar aos alunos e poder transmitir o conhecimento.

Sendo assim, é perceptível na escola Celestino Filho, que não foi mantido, dentro de uma proposta de formação continuada, ficando apenas voltado a questões superficiais sobre a História Indígena, e não enquanto formação consistente e mais completa sobre esta temática aqui discutida, a qual necessita de um olhar mais apurado e comprometido com o objetivo central, que está voltado a proporcionar um

conhecimento mais amplo, crítico e justo sobre a história e a cultura indígena e seus descendentes, como sujeitos históricos no processo de formação do país.

Este artigo, ao focar uma nova perspectiva sobre a História Indígena, procurou apontar a relevância dessa nova temática indígena nas aulas de História, ampliando a discussão dessa nova concepção no meio acadêmico. Buscou o fortalecimento da história dos nativos como sujeitos ativos na história e a valorização de um ensino consciente que estendesse a novos interesses de uma educação eficiente e otimizada. Nesse sentido, cabe às Secretarias de Educação, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, promover cursos de educação continuada, como pós-graduações, para a reciclagem de professores de História do Ensino Médio, possibilitando a estes o acesso a uma nova vertente, no que tange a Educação e o Ensino da História Indígena, reformulando conceitos reminiscentes de uma história cheia de controvérsias. E reverter à situação curricular das escolas, criando espaços mais amplos para a discussão da História do índio brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BORGES, Jovina Freitas. Intrusão no Piauí. In: **A História Negada: em busca de novos caminhos**. Teresina, PI: FUNDAPI, 2004.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. 639 p.

CARVALHO, João Rênor F. de. **Resistência indígena no Piauí colonial: 1718-1774**. 2-ed. – Teresina: EDUFPI, 2008. p. 29-55.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. Campinas, SP, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24 .

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, Reginaldo. **Aldeamentos dos Acaroás**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Recife: O Autor, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-131.

TAPETY, Aldrey Freitas. **O VAQUEIRO NO PIAUÍ: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000)**. Teresina, 2007.